Reunião da Comissão Eleitoral | Eleições CMTT 2022-2024

Data: **29.11.2021** (online)
Horário: **14h30**
Assunto: **Edital de Eleições do CMTT – 2022-2024**

Participantes | Poder Público:

- Dawton Gaia – CET
- Evely Trevisan – SMT-AT
- Jackeline – SMT-AT
- Michele Perea – SMT-AT
- Paulo Eduardo – Chefe da Assessoria Técnica – SMT-AT
- Pedro Ivo Biancardi – SMT-AT
- Rosa Oliveira – CET

Participantes Comissão Eleitoral:

- Christina Borges – Órgãos Municipais - SPTrans
- Cristina Soja – Órgãos Municipais – CET
- Luciana Trindade – Regional - Centro
- Myrna Melo – Órgãos Municipais – SMPED
- Rafael Calabria – Temático - ONG

Rosa – apresentou o Paulo Eduardo que assumiu a Chefia da Assessoria Técnica da Secretaria de Mobilidade e Trânsito e passou a palavra.

Paulo Eduardo – se apresentou e disse que está fazendo um esforço grande para atender todo o Conselho, Câmaras Temáticas e Eleições, além de todas as demandas do próprio Conselho. O quadro foi reforçado, o Dawton é o novo Secretário Executivo, a Jackeline que chegou recentemente da CET para dar um apoio, já tínhamos aqui, que vocês conhecem, a Evely, o Pedro, a Michele e a Rosa, todos tentando fazer um trabalho diferenciado para atender melhor. A ideia hoje é fazer um alinhamento das eleições, mas antes vou passar a palavra para o Dawton falar um pouco como Secretário Executivo.

Dawton – se apresentou e disse que está gostando muito desse novo trabalho. Estou aqui para aprender e contribuir, gosto muito da nova configuração que o Paulo está formando. Podem contar conosco para construir um consenso e organizar todas as propostas.

Rafael Calabria – cumprimentou todos. Tivemos uma reunião no final de agosto onde decidiu-se por adiar as eleições novamente, levantamos alguns pontos sobre o edital, eu não encontrei, acho que a Luciana também não teve uma devolutiva. O edital foi publicado e encontramos alguns problemas, um deles muito grave. Primeiro, já tínhamos discutido o artigo 11.9 do edital que exigir CNPJ no setor de mobilidade é uma exigência muito grande e vai dificultar muitas candidaturas, inclusive, conseguir preencher as cadeiras do Conselho.

Mais grave ainda, da forma que está publicado, é exigir também para os Regionais que não tem como ter CNPJ, pois não representam empresas. Outro ponto muito grave é o item "F" do artigo 11.9 - praticamente impraticável -. O cadastro de entidades é de empresas que prestam serviços para a Prefeitura e não sei quais a SMT tem cadastradas; procurei, mas não encontrei uma listagem, nenhuma entidade que está no Conselho tem esse cadastro. As entidades que estão no Conselho fazem debate político, alguns atos como bicicletadas, no caso dos ciclistas, não são parceiras da Prefeitura, são entidades que dialogam, que vão em audiências públicas, fóruns, etc. Enfim, não sei quais entidades tem parceria, a WRI não sei, talvez quem estiver no Projeto Zebra, são entidades que não fazem parte do Conselho. Esse item precisaria ser revisto e abrirmos uma conversa para reformular o artigo 11.9 para não exigir CNPJ; ficar como falamos em agosto: exigir que a entidade comprove uma atuação que é mais relevante, as vezes a entidade tem CNPJ, mas não é ativa. Queremos mudar esse artigo destacando o item "F", que na nossa visão foi um equívoco, talvez pegaram de outro documento, é impraticável para a mobilidade. Há outros itens, mas podemos comentar depois, talvez a Luciana queira falar alguma coisa sobre isso.

Luciana Trindade – acho que é isso, fizemos uma discussão no final de semana e encontramos essas incongruências. Com elação a questão do cadastro, um exemplo é a Pastoral da Pessoa com Deficiência; entidade nacional, com vários núcleos de atividades, inclusive o próprio CMTT, já esteve em várias reuniões e eles não tem CNPJ, mas participaram em todas as eleições com representantes candidatos e agora temos essa dificuldade em conseguir trazer essas pessoas. A Pastoral assim como outras entidades tem muitas comprovações de que trabalham com mobilidade e atuam com conselheiros no CMTT. A questão do CNPJ precisa ser repensada. Detalhe, já trouxemos isso em uma reunião da Comissão, a Teresa levou para o Jurídico, não tivemos devolução e mesmo assim avançaram com a discussão sem uma tréplica/réplica e o edital foi publicado.

Pedro Ivo – cumprimentou todos. Primeiramente o Jurídico se manifestou ainda no processo do primeiro decreto, essa manifestação foi utilizada no processo eleitoral. A minuta do edital foi enviada para aprovação da Comissão Eleitoral e não houve nenhuma nova manifestação até enviarmos para publicação. O Jurídico entendeu que é necessário comprovar pertinente à Temática, nós enquanto agentes ou servidores públicos - não sei qual a semântica correta -, temos que agir balizados pela Lei. O parecer falou que tem que exigir, foi mencionado que a Receita Federal e outros órgãos exigem, não nos vimos capacitados para contestar. Importante, encaminhamos esse documento para vocês com muita antecedência e não tivemos nenhuma manifestação, agora, com todo respeito, vocês falarem que existem erros grosseiros depois que o edital e cronograma foram publicados! Vocês tem noção do que isso vai implicar na eleição? Marcamos reunião com a Comissão Eleitoral e só a Luciana apareceu, pedimos para vocês analisarem, tentamos contato e ninguém respondeu. Agora, fazer uma republicação e de repente perder todo o cronograma, inclusive, o prazo que está em Decreto, eu entendo, mas acho arriscado tendo em vista que não realizamos as eleições em outubro e, atendendo um pedido de vocês, conseguimos prorrogar o prazo. Eu entendo a questão da representatividade, mas mexer agora pode inviabilizar todo o processo eleitoral da maneira como pensamos. No meu entender, a decisão compete à Comissão Eleitoral que é soberana, nós enquanto poder público não podemos decidir sobre o processo, podemos oferecer amparo e apoio no que for

necessário. Se vocês entenderem que realmente não atende, que é uma coisa grave vamos ter que parar o processo, vai dar problema no prazo, vamos ter que mexer no Decreto novamente.

Rafael Calabria – nós entendemos, talvez atrase alguns dias, mas na nossa visão é importante, pois já havíamos comentado; procurei e não encontrei um retorno depois da reunião de agosto. Sabemos que pertinência precisa ser cobrada mais do que CNPJ, é mais importante mostrar que participou de audiências públicas, ter estudos publicados sobre o tema, pesquisas, levantamentos, atuação, etc, do que CNPJ. Entidades regionais como Bike Zona Leste, Sul e Oeste não tem CNPJ, a Cidadeapé até o ano passado não tinha, vamos ter um monte de candidaturas vindas pela Ciclocidade, Cidadeapé ou IDEC que possuem CNPJ. A pertinência, inclusive, serve para julgar se a entidade se inscreveu na categoria certa. Precisa avaliar se seria uma errata ou um edital novo e quanto iria atrasar o cronograma. Eu não encontrei um novo cronograma depois que o prazo mudou para fevereiro.

Christina Borges – acho que houve um lapso e lembro dessas questões que vocês levantaram, Luciana e Rafael. Porém, o Jurídico apresentou respostas, fizemos reuniões, a equipe da SMT, CET e SPTrans estavam presentes, mas a sociedade civil não compareceu. Eu entendo esse impasse e precisamos registrar presença nas reuniões; comentei isto uma vez, pois estava de férias e tenho lembrança que tivemos muitas faltas em um momento importante. Estou compatibilizando esses dois lados: a questão do CNPJ que o Jurídico analisou e trouxe respostas e os e-mails que recebemos para validar toda a eleição. Uma errata em uma coisa que tem aspecto legal, como o Dr. Pedro falou, fica complicado. Não sei como fica todo o processo. Se vocês tiverem mais coisas seria bom se manifestarem agora; o edital passou várias vezes por nós.

Michele – uma pergunta para o Dr. Pedro, independentemente de prazo, isso não é uma questão legal, conforme a Christina está falando? Lembro de ter chegado essa exigência da cobrança do CNPJ pelo Dr. Gilmar; mais do que alterar prazo, escopo, minha preocupação é mexer em uma questão legal.

Pedro Ivo – a primeira coisa que quero colocar é que sou Assessor Técnico; eu auxílio a SMT nos assuntos jurídicos por conta da minha formação, mas não respondo juridicamente pela pasta. Para mexer no edital, como está sendo proposto, vamos precisar de uma manifestação da Comissão Eleitoral para passar por uma consulta jurídica. A prorrogação do prazo das eleições para fevereiro passou por um reunião ordinária do CMTT, teria que passar novamente. Qualquer errata em edital não dá para fazer como essencial, somente para um erro simples. Precisamos verificar todas as implicâncias. Nós, da nossa parte, procuramos dar essa amplitude para conversarmos sobre isso. Hoje uma mudança precisa pesar bem, pois pode gerar uma terceira parada. Se mexer no edital será preciso republicar, uma errata, no meu modo de ver, não resolve, é uma condição essencial de participação. Se republicar vamos ter que alterar os prazos a correr e podemos ter que mexer no Decreto.

Rafael Calabria – não tem como rever essas exigências? Conselho participativo em São Paulo é para pessoas não para entidades. O nosso de transporte, assim como políticas

urbanas, tem entidades porque atuam no tema. O nível de exigências quem escolhe é o órgão que está gerindo o conselho, nesse caso a Secretaria de Transportes. O risco maior é soltar um edital burocrático como este, esperar 15 dias para as pessoas se inscreverem e ter um edital vazio. As candidaturas do Conselho de Transportes, a maior parte delas é um candidato e uma vaga; a única entidade de mobilidade por bicicleta em São Paulo é a Ciclocidade, de pedestre, a Cidadeapé e meio ambiente alguma ONG que entra e ganha sozinha. Muitas cadeiras não tem disputa; se burocratizar o risco é um conselho mais vazio e entrar no crítico que essa gestão há anos esvazia o conselho participativo. Ressalto ainda, o item "F", nenhuma entidade que conheço tem esse cadastro. Volto ao que falamos em maio, se tivessem ouvido o Conselho teríamos adiado o prazo em reunião ordinária, sem necessidade de Decreto. Teríamos feito um edital sem CNPJ e já estaríamos com as inscrições concluídas. Vocês estão atrasando o processo, nós estamos apontando erros que já argumentamos, já acompanhei processo do CMTT três vezes, agora a ideia é me afastar um pouco.

Pedro Ivo – Nós estamos atrasando o processo? Estamos discutindo desde outubro e vocês não participam. Quando vocês apontaram nós encaminhamos e nem o processo, com todo respeito, você viu. Está tudo lá, você é Comissão Eleitoral, como não tem conhecimento do que está no processo e fala que nós estamos atrasando? Quem decidiu foi o Jurídico, quem fala juridicamente é a PGM. Outra coisa, ONG se não for OS pode participar. Tudo isso foi discutido, pedimos a opinião de vocês antes de enviar o parecer. Entendo sua indignação, mas não é o momento.

Rosa – Calabria só para deixar claro, tivemos uma reunião em 29/09/21, eu fiz a Ata e foram colocados os itens de dúvida, vou ler o que se falou sobre o artigo 11.9 - CNPJ:
"Cópia do cartão de CNPJ, esse ponto pode trazer uma grande discussão, pena que a Sociedade Civil não está presente".
"O Jurídico foi categórico, invocando duas legislações, a 4.503 de 1964 e 1863 de 2018, que determinam que todas as pessoas jurídicas sejam inscritas no CNPJ. O parecer foi que enquanto órgão público devemos exigir o cartão de CNPJ".

Rafael Calabria – Rosa esta Ata foi enviada por e-mail?

Rosa – está com a Luciana Trindade, eu encaminhei hoje.

Luciana Trindade – eu acho que as atas deveriam ser entregues para todos e não quando solicitadas, assim podemos acompanhar as reuniões se não estivermos presentes.

Rafael Calabria – Luciana me envia os números das leis para eu pesquisar.

Cristina Soja – existe uma Comissão com pessoas de dentro e fora do governo; não existe vocês e nós. Qualquer coisa que sair aqui somos nós Comissão que publicamos. Se vocês como Membros dessa Comissão apontaram um negócio em agosto, visualizaram que seria uma dificuldade, estamos no final de novembro, com o edital publicado, levou três/quatro meses para voltarem no assunto e falar que está errado. Então a Comissão falhou, eu porque não sei; vocês que sabiam, por que não se pronunciaram?

Se a sociedade quer participar, precisa participar de fato, me sinto prejudicada com tantas horas gastas, será que o CNPJ vai fazer tanta diferença? Agora, nessa altura do campeonato dizer que tem uma falha grave e que tem gente que não vai se inscrever, que é importante que participem, cadê essas pessoas quando chamamos? Atrasar mais uma vez esse processo eu não concordo, minha posição como membro da Comissão é não mudar o edital se for atrasar por conta disso, permanece do jeito que está e que fique registrado que isso é um impedimento para ser retirado na próxima eleição.

Rafael Calabria – Cris eu concordo que é um erro de todos nós, por isso falei que já tinha apontado antes, mas o Jurídico fica vetando tudo que fazemos. No início da Comissão Eleitoral apontei que precisava de mais pessoas da sociedade civil, dois é pouco, em setembro eu estava de licença paternidade, sobrou só a Luciana, não tinha suplente porque o Jurídico vetou que pessoas das Câmaras Temáticas participassem. O Jurídico está vetando todas as medidas que tentamos tomar para facilitar os trabalhos da Comissão Eleitoral. A instrução normativa 1863 de 2018 trata de suspensão de CNPJ, não tem nada a ver com Conselho Participativo e a Lei de 1964 institui o CNPJ. Eu não disse que não existe CNPJ, falei que para um Conselho Participativo de Mobilidade exigir CNPJ vai esvaziar o Conselho mais do que já está esvaziado, é uma medida inócua, não tem nenhuma Lei que exija CNPJ para participar de Conselho. Essa decisão é definida pela Secretaria, por nós, já apontamos ser importante não ter. Se não tivessem vetado o Sr. Élio e o Wagner taxista eles teriam apontado isso em setembro. Se seguir como está vai atrasar no final de dezembro quando tiver uma candidatura vazia, porque as entidades não tem CNPJ. Do jeito como está hoje, exige CNPJ de candidato regional, que nem precisa de entidade e cadastro de parceria. Estarmos apontando as decisões tomadas por essa Comissão por falha minha e da Luciana porque estávamos em outros processos e por não ter suplentes vai atrasar mais do que se concordarmos em revisarmos hoje. O Jurídico trata sempre com precaução e medo, não tenho dúvida disso e tem seus motivos, mas nesse caso o motivo é inviável e usou legislação que não proíbe candidatura para Conselho sem CNPJ.

Paulo Eduardo – precisamos dar andamento no processo, concordo com o que a Cristina colocou, acho importante ponderar tudo que está sendo colocado aqui. De toda forma, fico aqui já pegando essa responsabilidade. Vou conversar com o Jurídico e fazer um alinhamento. Não adianta ficar aqui discutindo, apontando responsabilidades sendo que temos um processo pronto para acontecer; vamos verificar se há alternativa ou se vamos seguir dessa forma mesmo. Essa reunião era exatamente para fazermos um alinhamento com todos para seguirmos o processo; nesse momento permanece como está. Também acho que parar novamente, interromper ou atrasar o processo é um prejuízo para todos. Temos uma expectativa que outras pessoas participem, pois a participação popular é fundamental. Não podemos deixar de fazer todo o processo da melhor forma possível. Alinhamos um pouco o que foi falado por todos e voltamos a conversar.

Dawton – concordo com a Cristina e o Pedro. O importante é achar um consenso, o processo é irreversível, estamos em cima do prazo, o exercício agora é fazer um trabalho para buscar candidatos com essas características; não é fácil, mas nessa altura atrasar ainda mais o processo é ruim para nós.

Rafael Calabria – façam um levantamento de quantas entidades estão cadastradas na SMT com o CENTS e aí vamos falar com elas, porque como o edital está hoje, só elas serão candidatas.

Dawton – aceito a sugestão, vamos fazer um exercício e independente disso o Paulo vai falar com o Jurídico. Podemos fazer as duas coisas, mas o importante é não parar. Se realmente tivermos uma dificuldade muito grande em algum momento, interrompemos, mas no momento o que queremos é concluir o processo.

Luciana Trindade – Dawton e demais colegas da Comissão, tenho uma saúde muito frágil, peço desculpas pela ausência em uma das reuniões. Eu tenho uma preocupação com relação a comprovação de CNPJ para regional, que é pessoa física, como vamos conseguir isso? Outra coisa, o CMTT está esvaziado há muito tempo, como vamos estimular a participação com um edital tão burocrático? É complicado trazer mais pessoas com deficiência quando são entidades que tem atuação comprovada na questão da mobilidade mas não tem CNPJ; são organizações formadas por bairros, por pessoas, enfim, aqui em São Paulo estamos com o Programa da Ciclocidade e não temos CNPJ, mas temos muito trabalho. Não ter suplente na sociedade civil me preocupa e precisa levar em consideração para as próximas reuniões e eleições do CMTT.

Dawton – você não precisa se desculpar porque tem problema de saúde. O processo foi acertado em reuniões anteriores, mudar agora é difícil. São duas coisas, primeiro, se isso é um impedimento para os candidatos, segundo, se isso é uma ilegalidade. O parecer do Jurídico pediu para exigir CNPJ, nós vamos verificar se isso é um elemento que pode ser retirado juridicamente e se é um facilitador para as próximas eleições. Agora o que temos que fazer é dar continuidade ao processo e tentar buscar candidaturas nos moldes que foi publicado no edital.

Rafael Calabria – outros pontos não tão graves, posso escrever depois, um é sobre o voto nulo e o outro sobre como o suplente assume, é necessário verificar com o Jurídico porque eles apontaram que precisa constar algum elemento no edital. A questão do CENTS e CNPJ é muito mais grave, se reabrirmos a discussão é necessário sermos rápidos.

Paulo Eduardo – acho que vale a pena passar dessa etapa que vamos conversar com o Jurídico e, se as coisas prosseguirem como estamos imaginando precisamos alinhar as próximas etapas. A Michele vai falar sobre a inscrição e verificar se alguém tem alguma dúvida.

Michele – o Pedro preparou um passo a passo e vai apresentar.

Rosa – as inscrições dos candidatos acontecem de 01 a 13/12/21 e de 14 a 17/12/21 a Comissão se reúne para avaliar os documentos recebidos, é importante não faltarem nesses dias.

Pedro Ivo – apresentou o passo a passo das etapas baseadas no cronograma para avaliação da Comissão e para deixar claro a responsabilidade de todos. Informou que todas

às ações decisórias cabem a Comissão Eleitoral, mas que vamos dar todo apoio no que precisarem. É importante sempre encerrar cada fase do processo por meio de uma ata para serem inseridas no processo SEI e, se for o caso, podemos pedir ajuda do Jurídico, tentar ser o mais transparente possível.

Paulo Eduardo – o passo a passo está divulgado, qualquer dúvida ou algo para ser adequado vocês poderão retornar para fazermos os ajustes necessários. Vamos fazer o alinhamento inicial da primeira parte da conversa para darmos sequência ao processo.

Cristina Soja – vou entrar de férias a partir do dia 13/12 mas fico à disposição, podem contar comigo. Na minha opinião, a Comissão precisa ter um Presidente para ajudar no processo, precisamos resolver isso, todos precisam se comprometer igualmente.

Paulo Eduardo – quando eu cheguei aqui tínhamos uma estrutura, com a chegada do Secretário Ricardo Teixeira estamos alterando, ajustando e mudando a forma de trabalhar, esse reforço na equipe é exatamente para vocês perceberem que do lado da Secretaria damos importância ao Conselho, entendemos que tem que ter uma estrutura física voltada para o Conselho, não dá para ficar no papel de uma ou duas pessoas liderando esse processo. Entendemos que precisa ser um grupo. A Assessoria Técnica tem novas atribuições diferentes da passada, sem dúvida a equipe anterior era muita boa, mas percebemos que é possível melhorar a estrutura, por isso temos um time voltado ao CMTT para melhorar as tratativas. É importante cada um assumir o seu papel, é legal ter um Presidente para ajudar a conduzir os trabalhos.

Pedro Ivo – é interessante que a Comissão tenha um Presidente, um Secretário, ter uma composição e que fosse deliberado em ata.

Rafael Calabria – sobre o Presidente da Comissão não tenho opinião formada, estou mais preocupado com a exigência do CENTS, ver quantas entidades tem e quanto tempo vocês vão demorar para ver esse erro e de fato corrigir o edital ou se vão esperar 15 dias de inscrições vazias para no final de dezembro vir aqui reformular. Não sei se ficou claro como isso é grave, nenhuma entidade do Conselho hoje é parceira, presta serviço para a Prefeitura, aliás, o ideal é que não seja, essas entidades tem conflitos de interesse com o Conselho.

Luciana Trindade – não tenho objeção com relação a questão do Presidente, o que me preocupa realmente é o prazo de entrega de documentos, as pessoas precisam solicitar, talvez o prazo não seja suficiente.

Myrna – não tenho objeção com relação ao Presidente.

Cristina Soja – proponho uma reunião da Comissão específica sobre o assunto “Presidente”.

Luciana Trindade – me disponho a participar da reunião, não tenho problema com relação a isso, da forma que encaminharem tudo bem. Minha preocupação são os pontos que

apontamos. Gostaria de deixar colocado que as atas precisam ser compartilhadas. Há a questão de não termo recebido as anteriores para ler; portanto, se possível compartilhem o quanto antes a ata da reunião de hoje.

Rafael Calabria – estou em São Paulo, se quiserem ajuda em relação ao CNPJ e CENTS estou à disposição. Vou formalizar a nossa opinião pois não ficou claro o tamanho do problema.

Myrna – estou à disposição, na próxima semana o Oswaldo provavelmente volta de férias.

Michele – entendi que os encaminhamentos dessa reunião são dois: o primeiro consultar o Jurídico para ver a questão do CNPJ e o segundo é o Presidente da Comissão Eleitoral. Cris você quer ajudar para organizar a reunião?

Cristina Soja – não sei, tudo muito lento, travado.

Michele – hoje você quebrou esse eu e ele, somos nós, um grupo só.

Paulo Eduardo – é por aí mesmo, haverá uma estrutura voltada para isso e é importante cada um saber seu papel. Vamos deixar claro em todos os trabalhos, tanto no CMTT como nas eleições e Câmaras Temáticas. Nas reuniões das Câmaras Temáticas poucas pessoas participam com muitas reclamações, na reunião anterior da Comissão Eleitoral não teve quórum, por isso chamamos esta de hoje. A participação de todos é fundamental.

Reunião encerrada.